



Comunicação e Cidadania: as possibilidades de inclusão social a partir da economia solidária¹

Fernanda Coutinho Sabino²

Universidade Federal De Juiz de Fora

Resumo: A consolidação do capitalismo ocasionou profundas mudanças na relação do trabalhador com o produto final de seu trabalho. A intensa valorização do capital em detrimento da aproximação dos sujeitos foi decisiva para a perda da sua consciência cidadã. A Economia Solidária surge nesse cenário como uma forma alternativa de existência, baseada na solidariedade entre os indivíduos. A Comunicação, por sua vez, atua como ferramenta capaz de articular saberes e promover uma retomada na consciência social. É desse percurso que o presente artigo irá tratar.

Palavras-chave: Capitalismo; alienação; comunicação; solidariedade; cidadania.

1 - Introdução

O modo de produção capitalista instalou no contexto mundial uma nova forma de produção, baseada na liberdade individual aplicada ao capital e na liberdade à propriedade privada. O resultado desse processo foi o aumento da competitividade entre sujeitos, a intensa valorização do capital e conseqüentemente a polarização das classes sociais. As relações pessoais tornaram-se fortemente contratuais e mediadas pelo valor estipulado a partir da força de trabalho.

O processo fabril seriado afastou o trabalhador do produto final de sua produção e a detenção dos meios de produção nas mãos de poucos o fez afastar-se também do controle do excedente. O trabalho não gera mais a sensação de pertencimento, ao contrário, ocasiona a desterritorialização do sujeito, agora mero instrumento para a obtenção de riqueza pelos patrões modernos. A consciência cidadã se perdeu em meio a tantas deficiências sociais e a precárias condições de sobrevivência.

Neste contexto, surge a Economia Solidária que possibilita vislumbrar mudanças significativas no cenário atual. Seus conceitos procuram colocar o trabalhador como ator de sua própria realidade, sendo capaz de encarar o trabalho como o meio para sua inserção social e não o próprio fim.

A comunicação social atua como ferramenta capaz de articular saberes e estimular processos cognitivos na sociedade a fim de fazê-la consciente de si mesma.

¹ Trabalho de iniciação científica apresentado ao GT de Práticas Sociais da Comunicação, no V Encontro Regional do Intercom Sudeste, sediado pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Fernanda Coutinho Sabino é aluna do 4º período diurno da Faculdade de Comunicação Social da UFJF. É bolsista do PET (Programa de Educação Tutorial) desde outubro de 2006. email: fernandacsabino@yahoo.com.br/fcsabino@hotmail.com. A orientação deste artigo foi feita pela professora Christina Ferraz Musse.



Esse percurso tornaria possível modificar ações em busca de alternativas de existência. Assim, homens e mulheres redescobrem suas funções e sua importância para a construção de uma sociedade mais justa e harmônica.

A título de um estudo preliminar, o presente texto visa a discorrer sobre a dinâmica relacional entre Comunicação Social e Economia Solidária, priorizando uma análise conjectural a respeito do trabalhador em sociedade e sua função dentro dela.

2 – Economia Solidária

Os modos de produção organizam as atividades econômicas de uma sociedade. A atual conjuntura econômica mundial é capitalista e neoliberal. Seus princípios básicos são o direito à propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. Seu objetivo maior, o lucro. A lei da oferta e procura ajusta o salário do trabalhador e a competição dita as regras de produção, consumo e empregabilidade. Para que haja competição, são necessários competidores. Havendo competidores, certamente haverá ganhadores e perdedores. Vencem os que vendem mais e em mais lugares, os que ganham maiores salários, os que lucram mais. Esse tipo de dinâmica acaba por culminar em sociedades cada vez mais desiguais e os perdedores deste jogo tornam-se trabalhadores em potencial, excluídos do mercado de trabalho.

Nas últimas décadas, o que se pôde observar, conseqüentemente, foi o aumento da informalidade e a precarização das relações formais, representando a fragilização do modelo tradicional de relação capitalista de trabalho, em decorrência do crescente número de desempregados³. Neste contexto, torna-se propício o fortalecimento de outras formas de organização do trabalho, como saídas alternativas de geração de renda: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de troca, entre outras. Sobre esse fenômeno, a jornalista Raquel Paiva (2003, p.116) comenta que

[...] pode-se perceber que o desemprego, como estrutura imposta pela ordem atual do capitalismo, tem propiciado também o surgimento de uma descrença no modelo econômico adotado e, conseqüentemente, pesquisas sobre outras possibilidades de existência.

E é nessa tentativa de superação das contradições do sistema capitalista, que um outro modo de produção ganha visibilidade: a Economia Solidária.

³ Revista de Economia Solidária. Economia, solidariedade e gestão: a auto-organização do trabalho no Brasil. A Economia Solidária no Brasil: o desafio de mostrar o que não está visível. Ano 1/nº 0/ dezembro de 2005/ p.41



Suas origens remontam ao século XIX, cenário da Primeira Revolução Industrial. Seu protótipo, o Cooperativismo, foi uma alternativa para que os trabalhadores da época pudessem contornar as precárias condições de exploração fabril, a partir do apoio mútuo entre os associados.

Paul Singer (2002, p.9) afirma que nessa organização econômica “a chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais”. Seu conceito se explicita da seguinte forma:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (ibid., p. 10)

Segundo a *Revista de Economia Solidária* (Ano 1/ nº 0/ p.41), sua orientação se baseia em valores não mercantis como a solidariedade e a democracia, buscando incorporar as dimensões culturais, étnicas e ecológicas da sustentabilidade do desenvolvimento, em que produção e distribuição, bem como a preservação dos recursos naturais e sociais façam parte de um processo de emancipação. Emancipação essa que conta como seu principal agente o próprio trabalhador, capaz de desenvolver produção e consumo conscientes, que vão culminar na superação das adversidades oriundas do atual sistema econômico vigente.

3 – Força de trabalho e alienação

As rédeas soltas do capitalismo culminaram em um processo denso, que se deu com o fim da Guerra Fria e reconfigurou a bipolaridade mundial entre EUA e URSS para o ordenamento da atuação das megaempresas mundiais. O discurso dessa nova ordem funda-se na liberdade individual, na livre escolha. Que vença o melhor, mais uma vez. A diferença, porém, dessa competição para a já mencionada é que as proporções são agora planetárias. Na era das comunicações, reduzem-se as distâncias e o outro lado do mundo mora ao lado. Vencer se tornou muito mais difícil.

O trabalhador, personagem principal desta história, está sujeito a essa gama de transformações e, a longo prazo, sua dinâmica de trabalho tornou-se diferente. Os avanços tecnológicos, o aprimoramento das técnicas de produção e a intensa mecanização do sistema fabril são alguns dos fatores deste contexto que promoveram o



distanciamento do homem de seus instrumentos de trabalho, do produto final e dos colegas de profissão. Esse conjunto de relações tornou-se mais objetivo, frio e intensamente mediado pelas novas formas de organização mercantil. O consumo atua como regente do sistema produtivo. As trocas pessoais e profissionais agora se dão como descreve Paiva:

As relações de intercâmbio no interior da sociedade consolidam-se de maneira diferenciada. É preciso considerar [...] o sistema de produção seriado e industrial, no qual o produto atua como mercadoria e cujo consumo, apesar de não ser exercido de maneira igual por todos os envolvidos na produção, rege o sistema produtivo de forma determinante e cada vez mais especializada. Além disso, o intercâmbio da produção é elaborado de forma abstrata na sociedade, mediante a inserção de valores fictícios, como contrato, crédito e dinheiro. (PAIVA, 2003, p. 97)

A autora afirma ainda que “vigora aí uma estrutura em que as disposições econômicas articulam-se a partir de uma rede de interesses contratuais, e o trabalho apresenta-se desvinculado da elaboração do produto, da apropriação do capital e do controle do excedente” (ibid, p.31).

Obviamente tamanhas transformações trazem consigo conseqüências estruturais. Se o homem não está mais intimamente ligado àquilo que está produzindo, se não participa mais da administração do capital que gira em torno dessa produção e atua tão somente como um instrumento desse mesmo sistema, pode-se propor a formação de uma espécie de alienação desse mesmo homem, uma perda da consciência do papel exercido por ele na sociedade em que está inserido.

Essa afirmação pode ser fundamentada ainda com os estudos de Paiva (ibid, p. 35) no que diz respeito à possibilidade geradora de pertencimento assumida pelo trabalho. Segundo ela, na atual conjuntura, o trabalho “volatilizado pela abstração própria do capitalismo”, perdeu seu caráter gerador de pertencimento e impulsiona o sujeito rumo à desterritorialização. Uma vez que esse sujeito perde a sensação de pertencimento, perde também a noção de comunidade e de seus propósitos, o que dificulta qualquer ação deste mesmo sujeito na direção de uma sociedade mais justa e harmônica.

As exposições de Milton Santos, em *O espaço do cidadão* (1996) também se voltam para o entendimento das razões que levam à alienação do trabalhador moderno. O autor defende que a consciência social é cada vez mais precária quanto mais a força de trabalho se confronta com o capital monopolista. A possibilidade de se agir como um



homem livre não é necessariamente organizada pelos procedimentos sociais racionalmente organizados, mas estes são meios para sua expropriação.

Alcancamos a era em que a grande cópia de bens materiais produzidos não significa abundância, mas contribui para a criação da escassez, a época em que as possibilidades de liberação, tanto esperada e agora presente, ainda se traduzem em uma *alienação original* (ibid, p. 50).

Ainda de acordo com as concepções de Santos, esse estado permanente de alienação faz com que o homem não mais identifique sua condição de cidadão, já que o modelo cívico é subordinado ao modelo econômico e o processo de trabalho é também o da “objetivação” e da “coisificação”. Para o autor, conhece-se em demasia o que é técnico e, em contrapartida, muito pouco a respeito do próprio homem. “A alienação, como fábrica de enganos, se robusta e se alastra, num mundo em que os homens pouco se comunicam pela emotividade e se deixam mover como instrumentos” (ibid, p. 51).

“Do homem solitário ao homem solidário”

Renato Russo⁴, em sua canção *Esperando por mim*, diz em seus versos: “Digam o que disserem, o mal do século é a solidão. Cada um de nós imerso em sua própria arrogância, esperando por um pouco de afeição”. Depois do que foi dito anteriormente, é o que talvez se possa constatar. Na era das telecomunicações e dos avanços tecnológicos o homem é um ser solitário.

A partir do que já foi exposto, vale complementar essa linha de raciocínio com as palavras de Paiva, que tão bem explicam o atual processo de isolamento do indivíduo:

Esse quadro geral propicia o fortalecimento do individualismo, com um apelo ao isolamento e à solidão como modo de vida. Solidão auto-imposta no vértice da pirâmide social – com uma postura francamente segregacionista, cada vez mais independente do território, cuja vinculação dá-se apenas a partir dos serviços existentes – e solidão pela exclusão, da grande maioria populacional, cada vez mais deixada à margem das condições de sobrevivência, que passam a não ser de responsabilidade do Estado (op.cit, p. 34).

Cumprir destacar a “solidão pela exclusão” descrita pela autora. Diante desse cenário, como pensar formas de reação para os atuais desempregados? Como pensar,

⁴ Renato Russo foi integrante da banda Legião Urbana e atuava como cantor e compositor.



então, nas condições de reação desses sujeitos, uma vez que o estado alienante está arraigado entre homens e mulheres? Como readquirir consciência cidadã em um espaço em que são poucos os que de fato são cidadãos?⁵ Se admite-se que agir de maneira solidária, em busca de uma sociedade mais harmônica é complicado para o trabalhador moderno, como será a condição do desempregado moderno?

“O homem deve lutar não apenas contra o meio social que o engendrou [...], mas também contra a sua própria ação, na medida em que essa tornou-se outra”. Esta frase do filósofo Sartre, citada por Milton Santos (1996, p.55), pode ser encarada como o ponto de partida para se pensar os questionamentos acima: o homem perceber sua condição e se percebendo, poder agir de uma outra forma a fim de modificá-la. Santos utilizou esse trecho para ilustrar a sua concepção de que o homem alienado pode deixar de o ser a partir do momento em que se torna um ser ativo em seu modo de existir. O que ele propõe é:

[...] a meta de liberdade começa no espírito do homem e a condição da liberdade é a imersão do indivíduo renovado numa sociedade onde o homem é o sujeito e não o objeto. É fundamental, todavia, ultrapassar a reconstrução solitária do indivíduo e transformá-la em ação social solidária (ibid, p. 78).

Santos e Paiva estão de acordo quando o tema é a busca por alternativas desalienantes nesse contexto. Ambos os autores acreditam que a solidariedade pode ser o princípio de uma solução. Paiva frisa que o termo *solidariedade* não deve ser encarado apenas como uma disposição, em outras palavras, a participação no cotidiano do outro e o reconhecimento de sua própria filosofia humanística, mas como uma preocupação prática e política, sendo mesmo uma expressão da cidadania, a fim de romper com o isolacionismo instalado (PAIVA, op.cit, p.117). Partindo dessa definição, sua proposta é a da inserção ativa do indivíduo dentro de uma comunidade, o que traria a ele a sensação do “pertencimento à existência”:

A comunidade comportaria a possibilidade de relacionamento direto com o real, com o que pertence ao dia-a-dia do indivíduo. E, uma vez estabelecida a apropriação do espaço-tempo pelo grupo, a idéia é que o real possa ser formulado a partir da vontade. O sujeito deixaria de atuar como mero figurante no processo social, seguindo no sentido de consolidar-se como ator [...] de sua realidade social. Passa a vigorar,

⁵ O conceito de *cidadania* proposto por Milton Santos em *O Espaço do Cidadão* é: “[...] uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância” (p. 7). O autor propõe que como o espaço atual é permeado por desigualdades e injustiças, tem-se, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.



nesse horizonte, a perspectiva de reformulação do *status quo* (ibid., p. 112).

Uma alternativa que abarca simultaneamente a proposta comunitária, voltada para a solidariedade e que surge como uma tentativa de reformulação do *status quo*, é a proposta de Economia Solidária. Seus principais conceitos foram já citados, mas cabe explicitar aqui alguns pontos fundamentais que fazem desse sistema econômico organizacional um tema de suma importância diante do cenário descrito.

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação de recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos⁶.

A Economia Solidária possibilita o surgimento de um novo ator social, formado por trabalhadores associados e consumidores conscientes e solidários, com condições de recuperar sua condição de cidadãos e de superar contradições instaladas pelo sistema capitalista. Como o próprio nome já diz, esse tipo de economia baseia-se na solidariedade, tanto no trabalho, em que trabalhadores se unem para produzir conjuntamente e arcarem com o bônus ou o ônus resultante, quanto no consumo, uma vez que leva a sociedade a perceber que consumir é também um ato político.

Pode-se constatar, portanto, que esse modelo econômico dá ao trabalhador explorado pelo sistema vigente e aos marginalizados deste mesmo sistema, os subsídios necessários para que tomem consciência de sua própria condição na sociedade em que vivem e oferece alternativas para possíveis mudanças.

Além de geradora de trabalho emancipado, a Economia Solidária promove o resgate de saberes tradicionais e a construção e difusão de novos saberes, bem como o fortalecimento e a prática do consumo consciente, ético, solidário e justo.⁷

⁶ Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida em Brasília, dos dias 26 a 29 de junho de 2006.

⁷ Idem à nota 6.



O “resgate de saberes” está relacionado à fusão entre os saberes populares e os produzidos pelas universidades e instituições de pesquisa, a fim de encontrarem meios para a formação de uma nova sociedade, no âmbito social, econômico, cultural e político. A difusão desses saberes promove uma tomada de consciência no trabalhador, fazendo-o refletir em busca de saídas para os problemas que enfrenta ao invés de afundar cada vez mais intensamente nos processos alienantes do sistema atual. A Economia Solidária é, portanto, um processo revolucionário que encara o trabalho como o meio para se alcançar mudanças e não o próprio fim.

4 – Comunicação consciente

A questão a ser pensada agora é como fazer com que esses saberes cheguem até a população, apropriadamente, para que as informações passem por um processo cognitivo, a ponto de gerarem sentido para os que a recebem.

A importância da Comunicação Social na estruturação e divulgação dos conceitos que envolvem a Economia Solidária é visível. O modelo dessa economia é ainda muito pouco estruturado de forma homogênea. Sua condução varia de acordo com a organização peculiar de cada instituição. É preciso, portanto, que se faça uma mediação consistente, ética, eficaz e dialógica para que a compreensão desse sistema alternativo seja a melhor possível.

Luís Inácio Gaiger⁸ (2006, p. 223) aponta a importância de “agentes mediadores” para a consolidação efetiva da Economia Solidária. Segundo ele, esses agentes são indivíduos engajados institucionalmente nesse campo de ação e possuem competência técnica ou política para realizarem sua função nesse sentido.

[...] a economia solidária é confrontada com o desafio de assegurar a formação de novos protagonistas, o que concerne, de início, ao papel dos agentes, ou mais amplamente, à questão das relações entre os intelectuais e as classes populares (ibid, 224).

O autor ressalta a relevância da criação de um espaço público para uma ampla ação de desenvolvimento da economia em questão. Dentro dessa esfera, a comunicação pode atuar no sentido da integração de cooperativas populares, do compartilhamento de suas experiências, da divulgação à sociedade dessa forma alternativa de organização, da

⁸Artigo traduzido por Patrícia C. R. Revillard retirado do livro Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional, 2006, ed. UFRGS.



conscientização popular de sua existência, de seu funcionamento e das razões pelas quais ela existe. Os resultados esperados são descritos por Gaiger:

O cenário da economia popular avança em boa medida graças às organizações que tentam promovê-la e ao trabalho persistente de seus agentes mediadores, cuja contribuição é incontestável quando se mostram capazes de canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias (GAIGER apud GAIGER, 2006, p. 228).

A importância e as vantagens proporcionadas pela comunicação neste cenário foi já ressaltada. Cumpre agora voltar a atenção para a forma como ela será exercida.

A comunicação, juntamente com todos os outros processos sociais, políticos, culturais e econômicos, acompanha o passar do tempo e as transformações que assim se dão. Atualmente, o avançado equipamento relativo aos sistemas de telecomunicações, promovendo uma expansão informacional, instaura uma nova realidade comunicativa. A apreensão do tempo e do espaço não é mais definida como antes. As informações são processadas rapidamente e a virtualidade transpõe qualquer barreira geográfica.

Raquel Paiva analisa este novo modelo da comunicação:

Neste contexto, é impensável a *ausência* de comunicação. De igual maneira, torna-se paulatinamente impensável a *presença* da comunicação. Ao menos, da comunicação no sentido até então concebido, a partir da sua formação etimológica – pôr em comum. Isto porque a comunicação possível e acessível a toda população mundializada é aquela afeita à informação, que não requer muito mais do que uma faceta do sentido do comunicar. (2003, p. 44)

Faceta essa que prioriza o superfluxo informacional volátil, imediato e superficial, o qual em pouquíssimo tempo deixa a memória do sujeito para dar espaço a um novo conjunto de notícias de última hora. A autora ressalta a ação dos *meios de comunicação de massa* que transformam “em *nada* qualquer coisa que possa ser vista, ouvida, dita ou expressa pelo outro”⁹. Assim, torna-se complicada a criação de sentido no que é comunicado, mais ainda quando se pretende uma comunicação dialógica e horizontal.

Nesse caminho, deve-se atentar, então, para os conceitos da comunicação popular a fim de pensar num fazer comunicacional que difere do exercido pela chamada grande mídia e que, em certa medida, atende aos anseios dos movimentos populares.

⁹ Paiva chama de *outro* aquele que o modelo clássico de comunicação chama de receptor e emissor.



O surgimento da comunicação popular é caracterizado pela tentativa de trazer à tona as insatisfações advindas das deficientes condições de existência da maioria populacional, por volta da metade do século passado: “Era uma comunicação vinculada à prática dos movimentos coletivos, retratando momentos de um processo dramático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura dominante, da chamada ‘grande imprensa’” (PERUZZO, 1998, p. 115).

Foi na década de 70, que a pesquisa e a prática na linha do popular se destacaram com mais intensidade, o que correspondeu a um processo de mudança na estrutura das sociedades latino-americanas e brasileira. O período foi marcado pelas antíteses do *status quo* que apareciam com mais nitidez no contexto social, político e econômico do país, marcadas pela negação da plenitude da cidadania à maioria populacional (ibid, p. 114).

A questão é que a comunicação popular está diretamente ligada à questão participativa, voltada para a mudança social. Ela se realiza na própria dinâmica dos movimentos populares. Isso permite que os assuntos da ordem do dia abordados por esse tipo de comunicação se voltem mais especialmente para a construção de valores e saberes para as classes populares, bem como propiciem a formação de espaço comum capaz de facilitar discussões a respeito dos problemas enfrentados por essas camadas sociais e, quem sabe, de suas possíveis soluções.

Sobre isso, a pesquisadora Cicília Peruzzo ressalta que “as manifestações desse tipo de comunicação afloram com maior desenvoltura quando se trata de socializar informações ou conscientizar, mobilizar e organizar a população em torno, basicamente, da busca de soluções para problemas vivenciados em comum [...]” (ibid., p. 149).

Ao analisar a comunicação popular, Peruzzo (1998) evidencia suas limitações e seus êxitos, descrevendo de maneira realista o que a envolve. Entretanto, cumpre ressaltar aqui um dos fatores positivos descritos pela autora e que no âmbito deste estudo adquire grande relevância, a possibilidade da conquista da cidadania através desse modelo da comunicação:

A comunicação popular, enfim, contribui para a democratização da sociedade e a conquista da cidadania. Que não significa só alguém votar a cada cinco anos naqueles que vão decidir por ele, mas também aprender a participar politicamente da leitura do bairro e da escola para os filhos, a apresentar sua canção e seu desejo de mudança, a denunciar condições indignas, a exigir seus direitos de usufruir da riqueza gerada por todos, por meio de benefícios sociais e de salários mais justos, a organizar-se e a trabalhar coletivamente. (ibid, p. 158)



A comunicação, portanto, deve apontar para a mesma direção dos movimentos populares e junto a eles caminhar na busca por soluções aos problemas enfrentados pela sociedade.

5- A popularização da Economia Solidária pelas ondas do rádio

Na Universidade Federal de Juiz de Fora existe, desde 1998, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Juiz de Fora. Seu objetivo é orientar grupos de trabalhadores na formação de cooperativas e associações. Sua equipe de trabalho é formada por professores e estudantes das áreas de administração, arquitetura, comunicação, direito, economia, enfermagem, engenharia de produção, psicologia e serviço social. Esse conjunto é responsável por orientar a formação das associações que demandam o acompanhamento da Intcoop/UFJF. O processo de incubação é formado por três etapas: a pré-incubação, a incubação e a desincubação. Isso inclui desde a mobilização dos grupos até o acompanhamento da conquista de sua autonomia.

Neste ano de 2006, duas bolsistas de extensão da comunicação estruturaram um projeto de um programa a ser veiculado em uma das rádios da cidade de Juiz de Fora cujo tema principal é a Economia Solidária. O objetivo principal é o de informar à população sobre o assunto e apresentar propostas que facilitem a descoberta de soluções para os problemas enfrentados pelo trabalhador-ouvinte, como o desemprego, acompanhado da falta de perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

Além disso, a divulgação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFJF – Intcoop, é um objetivo secundário almejado pela iniciativa, uma vez que a incubadora se apresenta como alternativa, em Juiz de Fora, para que as pessoas interessadas e à margem do mercado vislumbrem uma oportunidade de inclusão.

A incubadora já tem um projeto de extensão voltado para a divulgação estratégica de seus projetos, eventos e notícias que envolvem tanto a Intcoop quanto às cooperativas. Essa divulgação se dá através de boletins, murais e jornais. Entretanto, surgiu a necessidade de expandir os conceitos de Economia Solidária através do rádio, para que a população se sentisse motivada a comprar produtos dos cooperados e para que os trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho possam vislumbrar outras alternativas de existência ao saber da existência da incubadora, bem como de suas atividades.

A proposta inicial é a de um programa semanal de 15 minutos, a ser veiculado de manhã, de forma a atingir o público alvo possível dentro do nicho de ouvintes da



rádio escolhida. O conteúdo será formado pela apresentação de projetos de economia solidária voltados especialmente para o empreendedorismo, além do esclarecimento de possíveis dúvidas dos ouvintes em relação ao tema, sempre no sentido de apontar o tema consumo/economia solidária e o cooperativismo como alternativa viável para a inclusão das pessoas na sociedade através de sua capacidade produtiva.

Pela própria característica da temática do programa, o público a ser atingido é o de trabalhadores desempregados, donas de casa e pessoas que se encontrem à margem do processo de força produtiva e de capital da sociedade.

Os locutores deverão adequar a linguagem, para que ela se aproximasse de um estilo mais coloquial, com o intuito de ser bem compreendida pelos referidos ouvintes. O programa terá um estilo bem acolhedor, simples e direto, para que o trabalhador seja estimulado a acompanhá-lo e se sinta à vontade para participar com perguntas pelo telefone.

Como não existem rádios comunitárias de grande abrangência em Juiz de Fora, as opções seriam as rádios convencionais, de maior audiência, para que um grande número de ouvintes pudessem ter acesso ao assunto. Apesar de tema - Economia Solidária - e meio - rádios convencionais - serem aparentemente paradoxais, a concordância entre eles pode ser produtiva, como explica Peruzzo: “Na prática, os meios de comunicação popular, apesar de sua importância e de seu significado político, não chegam a colocar-se como forças superadoras dos meios massivos. Os dois são complementares e não excludentes” (ibid., p. 130). Ela afirma que os meios massivos muitas vezes divulgam campanhas e incorporam programas de grande interesse público. Ao mesmo tempo, informam instantaneamente sobre os acontecidos em todo o mundo, além de proporcionarem diversão e entretenimento aos ouvintes. Portanto, a comunicação popular pode utilizar dos recursos dos meios massivos para divulgar seus conceitos.

O fato é que a comunicação pode velar-se deles [meios massivos]. Do rádio, por exemplo, divulgando mensagens de interesse dos setores subalternos dentro da programação convencional, conseguindo espaço para iniciativas próprias, obtendo a concessão de emissoras ou constituindo canais livres. Por outro lado, em plena era eletrônica, as forças progressistas não poderiam desprezar a oportunidade de se comunicar com milhares de pessoas (ibid., p. 132).

Este projeto de programa foi avaliado pela direção de uma das rádios convencionais de Juiz de Fora e foi aprovado. Porém, devido a mudanças na estrutura da referida empresa, ainda não foi colocado em prática. De qualquer forma, espera-se



que essa seja uma das alternativas possíveis de divulgação dos conceitos de Economia Solidária aos trabalhadores que estão em busca de melhores alternativas de existência.

É importante observar que iniciativas como essa devem estar na ordem do dia dos atuais comunicadores sociais. Na era do individualismo, da solidão assombrada pelo capital, da frieza das relações pessoais, da competitividade que relega os seus perdedores, algumas medidas podem e devem ser tomadas em direção a soluções mais reconfortantes às vítimas do sistema econômico atual. A comunicação tem uma abrangência social imensurável, fazendo parte da vida dos indivíduos direta e diariamente, daí a relevância de ações sociais consistentes por parte daqueles que trabalham com e por ela.

5- Conclusão

O artigo em questão seguiu o trajeto econômico da sociedade a partir da Revolução Industrial até o estado de globalização atual, quando a relação trabalho x homem sofreu mudanças profundas, alterando seu estar no mundo. A produção em série e a consequente perda do controle do excedente e do produto final por parte do trabalhador culminaram em um estado de *alienação*. A definição do real papel do sujeito dentro da sociedade se perdeu. As relações sociais tornaram-se cada vez mais contratuais e mediadas pelo capital. A detenção do poder econômico nas mãos de minorias favorecidas polarizaram as classes, aumentando consideravelmente a distância entre elas e por conseguinte a dificuldade de reação e superação daqueles que estavam em precárias condições de existência.

Diante dessa conjuntura complexa, surgem estudos que buscam encontrar alternativas de vida para os desfavorecidos do sistema vigente. A Economia Solidária desenvolve-se a partir de então e conforme buscou-se analisar neste texto, este modelo possibilita a organização de uma nova estrutura social. A importância disso se faz notar na re-significação das relações sociais, a partir do momento em que o trabalhador tem a possibilidade de adquirir novamente a consciência da relevância do seu papel dentro da sociedade. Esse modelo alternativo de economia encara o processo trabalhista como o meio para essa re-significação e não o fim em si mesmo.

A comunicação social é vista no presente texto como ferramenta capaz de divulgar os conceitos da Economia Solidária e assim despertar o interesse para a existência dessa alternativa àqueles marginalizados pelo modo capitalista de produção.



Entretanto, deve-se refletir a respeito da maneira como essa comunicação se dará. É importante que essa prática esteja diretamente relacionada às questões sociais e visando, sobretudo, seu fortalecimento, caminhando sempre na direção de uma horizontalidade e de uma dialogicidade comunicacional.



Referências bibliográficas

ECONOMIA Solidária como estratégia de desenvolvimento. Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: Economia Solidária, 2006. p.57 à 76.

FALCÃO, Luiz Felipe Novais. *Comunicação e mobilização popular: processo, análise e transformação social*. Juiz de Fora: Monografia apresentada à banca examinadora da disciplina Projeto Experimental, 1º semestre de 2006.

GAIGER, Luiz Inácio. *A economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre o papel dos agentes mediadores*. Tradução de Patrícia C. R. Reuillard. p. 223 à 235. FILHO, Genauto Carvalho de França. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum : comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

RUSSO, Renato. *Esperando por mim*. Álbum: A tempestade. 1996.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996.

SCHIOCHET, Valmor et alii. *A economia Solidária no Brasil: o desafio de mostrar o que não está visível*. Revista de economia solidária. Ano 1/ nº0/ Dezembro de 2005. p.41 à 44.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perdeu Abramo, 2004.